

SABRINA GIOVANELLI CARVALHO

**VALORIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NA COMUNIDADE DO RIO PEQUENO EM
ANTONINA-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação do Campo. Orientadora: Elsi do Rocio Cardoso Alano.

**PARANAGUÁ
2011**

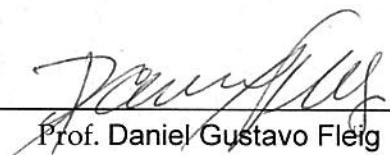
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Elsi Do Rocio Cardoso Alano, realizaram em **11/06/2011** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante Sabrina Geronelli Carvalho, sob o título Educação do campo como Projeto de Aprendizagem, para obtenção do Título de *Especialista em Educação do Campo*, pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito “APL”.

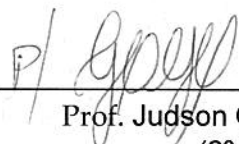
Matinhos, 31 de Junho de 2011.



Prof. Elsi Do Rocio Cardoso Alano
(Orientadora)



Prof. Daniel Gustavo Fleig
(1º membro)



Prof. Judson Gonçalves de Lima
(2º Membro)

Prof.^a / Tutora Presencial
Gisele de Oliveira Cuch.



Estudante

Nome:

Sabrina Geronelli Carvalho

Conceitos:

APL = Aprendizagem Plena

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE SE REINSERIR NO PRAZO DO

Sabrina Giovanelli Carvalho¹
Elsi do Rocio Cardoso Alano²

RESUMO

A pesquisa a seguir mostra a importância de valorizar experiências como, como ação de construção de uma nova obra ou produto, a confrontação e a negociação de representações entre os fatores de uma rede de conhecimento. Como mostra o projeto em desenvolvimento da ADEMADAN, aprovado pelo edital/2010 do programa da Petrobras Ambiental, o qual tem como principal objetivo a recuperação de APPS e Reserva Legal em áreas prioritárias da Bacia Hidrográfica do Rio Pequeno em Antonina, por meio da participação da comunidade do Rio Pequeno: na elaboração e construção de um viveiro com espécies nativas; na identificação dessas espécies; e na conscientização da importância da regularização das áreas ocupadas por meio do SISLEG (Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal), com a participação de agentes multiplicadores, esses sendo os alunos de escolas públicas do ensino fundamental e do ensino técnico. Sem dúvidas o aluno que compreende o valor do que está aprendendo, desenvolve uma postura indispensável: a necessidade de aprendizagem. Portanto, para que um projeto atinja os objetivos de transformação das representações e das identidades de seus autores, é necessário que todos os membros da rede estejam engajados na negociação e no desenvolvimento do projeto.

Palavras-chave: Educação do campo, projetos e intervenção local.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Paranaguá, Sabrina.giovanelli@gmail.com

² Educadora Orientadora, UFPR Litoral.

1 O CAMPO E SUA VALORIZAÇÃO

A educação do campo tem sido desde tempos remotos marginalizada pela sociedade. A cultura, os saberes da experiência, a dinâmica do cotidiano dos povos do campo raramente são tomados como referência para o trabalho na escola, não fazendo parte da formação de professores e na produção de materiais didáticos. Permitindo assim, a descaracterização da identidade dos povos do campo, distanciando os mesmos do seu universo cultural, não permitindo a inserção dos povos urbanos no campo.

Para Arroyo, em primeiro lugar, a educação do campo tem hoje como grande tarefa construir uma estrutura pública de educação do campo, que ainda é apenas dado como um complemento a assuntos afins, trabalhar para banir com essa inconsistência, fragilidade e vulnerabilidade de nosso sistema educativo que aborda o tema “campo” de maneira dramática. É no campo que se fecham escolas quando se mudam os governos municipais, se fecham ou se levam os meninos e meninas de um lado para o outro. Enquanto esse sistema for frágil, a escola será frágil. É necessário construir um sistema concreto!

O campo retrata uma diversidade de povos: acampados, pescadores, indígenas, comunidades negras rurais, posseiros, entre outros. São diferentes gerações, gêneros, crenças e diferentes modos de viver, de organização, tornando a visão de campo muito ampla, não devendo ser abordada como se fossem caixinhas isoladas.

Segundo o DCE (2006), a concepção de educação do campo vai além de uma definição jurídica, um lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência, considera as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica. A perspectiva de educação do campo se articula a um projeto político econômico de desenvolvimento local e sustentável, a partir da perspectiva dos interesses dos povos que ali vivem. Os povos do campo são caracterizados pelo jeito peculiar de se

relacionar com a natureza, com o trabalho na terra, com a organização das atividades produtivas mediante mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores entre familiares e vizinhança, como as festas comunitárias, festas da colheita, o vínculo com uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico.

Pensando na dignidade do povo camponês e o seu anseio de geração de renda por parte da população do Rio Pequeno (cerca de 600 habitantes) há tempos instalada nesta região, a qual revela condições de considerável pobreza, a regularização das moradias seria o ponto de partida das comunidades, uma vez que a maioria vive em áreas de ocupação irregular. E objetivando a tranqüilidade na solução dos seus problemas relacionados a todos os aspectos ambientais de suas propriedades, vale a pena mencionar o Projeto RAPPs (Recuperação de áreas degradadas em APPs por meio de mudas produzidas em viveiro na bacia hidrográfica do rio Pequeno - Antonina – PR), Desenvolvido pela Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN).

O mencionado projeto tem como objetivo incentivar a recuperação de APPs e Reserva Legal em áreas prioritárias da Bacia Hidrográfica do Rio Pequeno em Antonina, atendendo a legislação vigente numa perspectiva econômica para o desenvolvimento da comunidade local, trabalhando a sensibilização da população de Antonina e comunidade do Rio Pequeno sobre a importância de conservar as áreas preservadas, a fim de evitar a emissão de carbono na atmosfera e conseqüente contribuição para o Aquecimento Global.

O Projeto RAPPs vem proporcionar experiências de contato, de uso e de análise das informações acessadas; a partir de situações propostas pela prática e questioná-las, retornar à prática a fim de intervir na realidade, um projeto multidisciplinar que integra diversas áreas do conhecimento como a geografia, a área de florestas, a sociologia, a educação, a comunicação, a biologia, o saber empírico das comunidades rurais, entre outras com o uso de ferramentas de geoprocessamento. Para a gestão territorial a parceria multiinstitucional é

imprescindível, de forma que a proposta integra associações comunitárias e de meio ambiente com instituições acadêmicas (Escola de Ensino Técnico Profissionalizante Brasília Machado) e instituições públicas de gestão em Unidades de Conservação, como o ICMbio.

As principais metas do projeto são as de recuperar 125 ha de área, por meio da produção de 300 mil mudas no viveiro; sensibilizar 600 moradores do rio Pequeno e 2.328 estudantes de Antonina por meio do trabalho de 70 agentes multiplicadores capacitados pela equipe técnica do projeto.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência mencionada trata-se de um trabalho o qual a comunidade está inserida em todas as etapas de forma participativa, onde nada é imposto nem para os moradores locais, nem para os alunos que estão envolvidos nas atividades, tudo é desenvolvido conforme o andamento das atividades, pois se trata de um projeto de incentivo à recuperação de APPS e Reserva Legal em áreas prioritárias da Bacia Hidrográfica do Rio Pequeno em Antonina, cuja dimensão é de 112,6 km², pertence integralmente ao município de Antonina, Estado do Paraná e está inserida na área de drenagem da Baía de Antonina. O Rio Pequeno é afluente do Rio Cachoeira, o qual deságua diretamente na mencionada baía. A população da área é composta por pequenos agricultores rurais, posseiros, bubalicultores, extrativistas e alunos do ensino fundamental, totalizando 650 moradores.

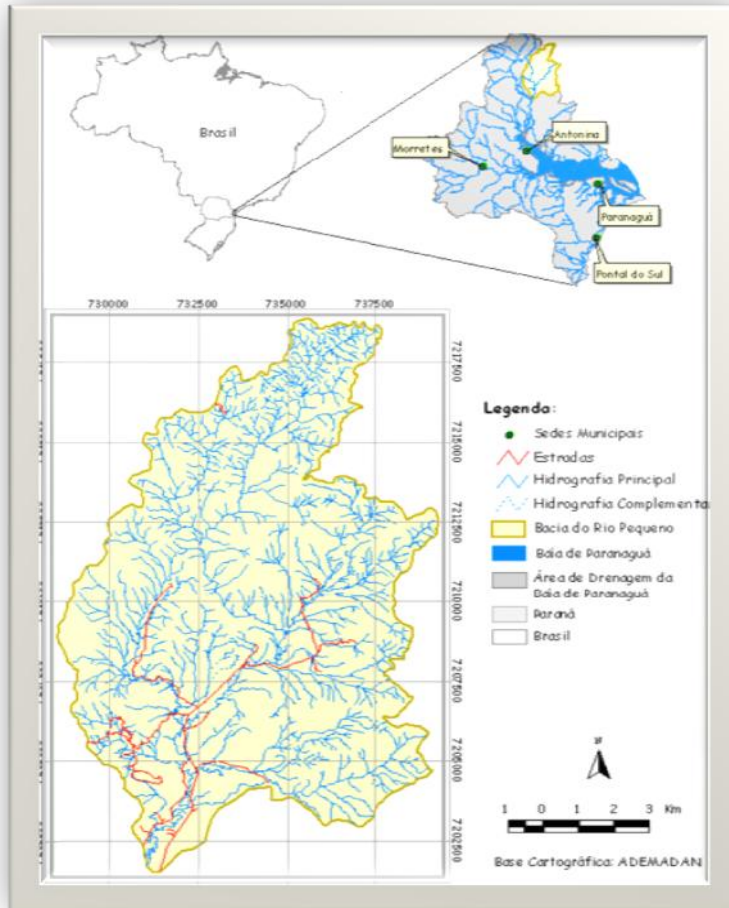


Figura 01: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Pequeno na rede de drenagem que deságua na baía de Antonina

Fonte: Programa CAD, ADEMADAN, 2007

O projeto foi elaborado o ano passado durante um mês para concorrer ao edital/2010 do programa da Petrobras Ambiental, aprovado em outubro e o convênio assinado no dia 21 de dezembro de 2010, com validade de dois anos, teve seu Início no dia 21 de dezembro de 2010 e será encerrado no dia 21 de dezembro de 2012.

Após vários encontros com a comunidade para expor o projeto e suas finalidades, encontros esses onde a comunidade foi responsável pela organização do local, até mesmo na realização de cafés para os parceiros e convidados, mostrando a interação da comunidade envolvida. Uma das metas é o encontro entre

parceiros do projeto a cada trimestre, para expor resultados das atividades realizadas. Segundo o primeiro encontro, realizado dia 04/05/201, foram expostas práticas realizadas que irão embasar o bom andamento do projeto, nesta primeira a empresa Soft Map realizou um mapa preliminar para o Wagner, engenheiro Florestal responsável pelo Geoprocessamento das Propriedades Rurais na Bacia do Rio Pequeno, ir a campo coletar os dados referenciados pelo GPS e assim, realizar a ortorrefecção da área. Hoje o projeto tem catalogado 10 propriedades delimitadas e 80 alqueires de área medida.

O Jonas, morador do Rio Pequeno e também coordenador do viveiro, com mais dois moradores da região comprometidos na elaboração e no monitoramento, mencionaram a importância da continuidade do projeto para a finalização da construção do viveiro de mudas para a recuperação de áreas degradadas. A área do viveiro fica localizado no centro do assentamento.

O desenvolvimento do trabalho de educação ambiental com os proprietários cujas áreas serão recuperadas, de alguma forma já esta sendo realizado, pois os agricultores estão ajudando o João Carlos, responsável pela coleta de mudas de plantas de espécies nativas para o viveiro, à identificá-las realizando pesquisas bibliográficas. Dessa forma, o desenvolvimento da metodologia esta sendo comunitário. Alguns agricultores do assentamento colaboram com o conhecimento empírico, que nesta fase do projeto é de suma importância, assim trabalham na identificação das espécies nativas, colocando placas com seus respectivos nomes.

Nesta fase ainda iniciou a educação ambiental com os alunos do ensino fundamental da Escola Professora Maria Arminda, onde a Carolina, acadêmica do curso de biologia, os orienta para a construção de um viveiro, também na perspectiva da agroecologia.

Como afirma ALANO, em sua dissertação: a preocupação que se deve ter com cada aluno que se tem contato, desperta um olhar mais lapidado, pois requer um autoconhecimento para que realmente se possa reconhecer no outro e perceber

que o ser humano é um ser em desenvolvimento constante. Este cuidado, que se pode obter através da relação professor/aluno, como também o auto-cuidado é que viabilizam formas de se obter o ensino-aprendizagem. Pensar ou refletir sobre estas questões faz com que eu diminua as frustrações que possam advir desta relação professor/aluno em que cada tempo dos acontecimentos serve para buscarmos, talvez, um significado maior para o momento em que aquilo está acontecendo ou vivendo.

Foto1:



Fonte: ADEMADAN, 18/06/2011

Dessa forma é possível concluir que os atores sociais da sociedade civil organizada, dentre eles, ONGs, movimentos sociais e grupos coletivos têm o potencial para exercer o fortalecimento da sociedade civil, visando à construção de uma globalização social (Souza, 2004).

3 CONSIDERAÇÕES DE EXPERIÊNCIAS COMO PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

É preciso esclarecer que a definição de escola do campo tem sentido quando pensada a partir das particularidades dos povos do campo, caracterizando a diversidade sociocultural peculiar do modo de vida camponês, vinculando as questões inerentes a sua realidade.

As experiências contribuem para o desenvolvimento humano e reforçam ações de grande importância tanto no âmbito econômico, social, ambiental como no cultural, político e ético-moral.

As ações cooperativistas podem ser consideradas em sua total abrangência, as quais podem ser entendidas como um dos princípios da educação que pode advir das discussões sobre os limites e possibilidades das formas associativistas e cooperativistas relacionadas ao aprendizado do cotidiano, a chamada educação não-formal (ALANO, 2008). A comunidade precisa estar inserida nos processos de aprendizagem para que haja sucesso nessas ações, pois todo o processo de aprendizagem se orienta por um projeto de sociedade e de ser humano, e se sustenta pela presença de pessoas com saberes próprios do ofício de educar, pela cooperação sincera entre todos os sujeitos que ali estão para aprender e ensinar e pelo vínculo permanente com outras práticas sociais que começaram e continuam esta tarefa.

Analisar mudanças nas formas de viver e de trabalho do povo do campo é muito interessante para estabelecer perspectivas para a continuidade do campesinato no modelo atual de desenvolvimento.

No texto “As novas relações campo x cidade” (Sene e Moreira), mostra que a agricultura de subsistência e a roça “são sistemas agrícolas largamente aplicados em regiões onde a agricultura é descapitalizada”, é o que acontece no bairro do Rio Pequeno na cidade de Antonina/Pr. A produção é obtida em pequenas e médias

propriedades, e trabalhada de forma comunitária com utilização de mão de obra familiar e técnicas tradicionais e rudimentares.

Esse tipo de agricultura é comum em áreas distantes dos grandes centros urbanos onde a terra é mais barata, em função das grandes dificuldades de comercialização da produção. Nesse sistema, predominam as pequenas propriedades, cultivadas em parceria. Há também os posseiros, agricultores que simplesmente ocupam terras devolutas (Sene e Moreira).

A educação do campo tem como objetivo valorizar o desenvolvimento humano e suas particularidades, sendo importante ressaltar que o processo ensino-aprendizagem está estruturado em diversos interesses, como: político, ideológico, social, ambiental e de grupo. Assim torna-se importante entender o campo como um modo de vida social contribuindo para valorizar a identidade dos povos que ali vivem.

Segundo as Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná para a Educação do Campo fica explícito que a educação do campo esteve marginalizada na política educacional brasileira, mas que após a década de 80, houve sinais de mudança, devida a ação dos movimentos e organizações sociais voltados à educação do campo. Mudanças essas, que precisam se firmar enquanto sociedade, pois muitos municípios ainda não possuem o Plano Municipal de Educação, mesmo após a criação da coordenação da Educação do Campo no Paraná, em 2002, é possível perceber resistência não só por parte do quadro de professores, mas também de suas secretarias, pois as mesmas se encontram em situações cômodas, onde não há uma preocupação com a formação e desenvolvimento dos indivíduos que ali vivem. Talvez a oferta de cursos de capacitação para os profissionais que trabalham diretamente na elaboração de projetos seria interessante, principalmente no âmbito municipal, pois o estado já apresenta propostas de mudanças neste sentido valorizando experiências e práticas sociais democráticas em prol a um meio ambiente equilibrado.

REFERÊNCIAS

ADEMADAN – **Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina**, 2010.

ARROYO, M. G.; **Que Educação Básica para os Povos do Campo?**; Palestra proferida no Seminário Nacional “Educação Básica nas Áreas de Reforma Agrária do MST” realizado em Luziânia/GO de 12 a 16 de setembro de 2005. – Transcrição revista pelo autor.

DCE - **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de educação Básica do estado do Paraná**, Curitiba, 2006.

GIROTTI, S. C.; – **A resignificação do ensinar e aprender: a pedagogia de projetos em contexto**. Projeto de Pesquisa. Núcleo de Ensino – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Campus de Marília – 2002 a 2003.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1981.

OLIVEIRA, Cacilda Lages - **Significado e Contribuições da Afetividade no Contexto da Metodologia de Projetos, na Educação Básica**. Dissertação de Mestrado – Capítulo 2, CEFET-MG, Belo Horizonte-MG, 2006.

ALANO, E; R; C. – **Espaço Rural e suas Possibilidades empreendedoras: O Assentamento Nhundiaquara no Litoral Paranaense.** Dissertação de Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Agronomia. UFPR, 2008.

SENE E MOREIRA, J; C; - **Geografia – ensino médio.** Vol. Único. Ed. Scipione, São Paulo, 2008.

SOUZA, M; A; - **Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas.** Programa de Ciências Sociais Aplicadas. UEPG, 2004.

VENTURA, S. C. P.. **Por uma pedagogia de projetos: uma síntese introdutória.** Educ. Tecnol. Belo Horizonte, v.7, n.1, p.36-41, jan./jun. 2002